

# O OUTRO EM NARRATIVAS SOBRE A COLEÇÃO PERSEVERANÇA

MAICON FERNANDO MARCANTE<sup>1</sup>

## RESUMO

A Coleção Perseverança é composta por objetos sagrados provenientes dos terreiros alagoanos que foram atacados no violento episódio conhecido como Quebra de Xangô, ocorrido em 1912, e atualmente encontra-se sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). A partir de pesquisa documental, no presente artigo proponho caracterizar e contextualizar as narrativas produzidas em dois momentos-chave da trajetória da Coleção: 1) a alocação das peças no museu da Sociedade Perseverança e Auxílio em 1912; 2) a transferência das peças para o museu do IHGAL em 1950. Para o primeiro momento, mobilizo o principal periódico da imprensa local que apoiou o Quebra e, para o segundo, artigos publicados na Revista do IHGAL. Problematizo se é possível caracterizar uma ruptura efetiva entre as narrativas produzidas ou se continuidades podem ser identificadas. Almejando lançar luz sobre esta inquietação, assumo que os objetos refletem não apenas o passado do qual foram arrancados, mas também os processos posteriores que os constituíram enquanto coleção museal.

## PALAVRAS-CHAVE

Coleção Perseverança; Quebra de Xangô; Coleção etnográfica.

## *THE OTHER IN NARRATIVES ABOUT THE PERSEVERANÇA COLLECTION*

## ABSTRACT

The Perseverança Collection is composed of sacred objects from Afro-Brazilian cults, in the Alagoas State, that were attacked in the violent episode known as *Quebra de Xangô*, which took place in 1912, and is currently under the custody of the Historical and Geographical Institute of Alagoas (IHGAL). Based on documentary research, in this article I propose to characterize and contextualize the narratives produced in two key moments of the Collection's trajectory: 1) the placement of the pieces in the Perseverança e Auxílio Society museum in 1912; 2) the transfer of the pieces to the IHGAL museum in 1950. For the first moment, I mobilize the main periodical of the local press that supported *Quebra* and, for the second, articles published in the IHGAL Review. I question whether it is possible to characterize an affective rupture between the narratives produced or whether continuities can be identified. Aiming to shed light on this concern, I assume that the objects reflect not only the past from which they were taken, but also the later processes that constituted them as a museum collection.

## KEYWORDS

Perseverança Collection; Quebra de Xangô; Ethnographic collection.

## *L'AUTRE EN RÉCITS SUR LA COLLECTION PERSEVERANÇA*

## RÉSUMÉ

La Collection Perseverança est composée d'objets sacrés des cultes afro-brésiliens, de l'État d'Alagoas, qui ont été attaqués lors des l'épisode violent connu sous le nom de *Quebra de Xangô*, qui a eu lieu en 1912, et est actuellement sous la garde de l'Institut Historique et Géographique d'Alagoas (IHGAL). Sur la base de

---

<sup>1</sup> Historiador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGAS/UFAL). Contato: [mfmarcante@gmail.com](mailto:mfmarcante@gmail.com).

recherches documentaires, je propose dans cet article de caractériser et de contextualiser les récits produits dans deux moments clés de la trajectoire de la Collection : 1) le placement des pièces au musée de la Société Perseverança e Auxílio en 1912; 2) le transfert des pièces au musée de l'IHGAL en 1950. Pour le premier moment, je mobilise le principal périodique de la presse locale qui a soutenu *Quebra* et, pour le second, les articles publiés dans la Revue de l'Institut Historique et Géographique d'Alagoas. Je me demande s'il est possible de caractériser une rupture effective entre récits produits ou si des continuités peuvent être identifiées. Dans un effort pour clarifier cette préoccupation, je suppose que les objets reflètent non seulement le passé dont ils ont été arrachés, mais aussi les processus ultérieurs qui les ont constitués en tant que collection muséale.

### MOTS-CLÉS

Collection Perseverança; Quebra de Xangô; Collection ethnographique.

### *EL OTRO EN NARRATIVAS SOBRE LA COLECCIÓN PERSEVERANÇA*

### RESUMEN

La Colección Perseverança está compuesta por objetos sagrados de cultos afrobrasileños, del Estado de Alagoas, que fueron atacados en el violento episodio conocido como *Quebra de Xangô*, ocurrido en 1912, y actualmente está bajo la custodia del Instituto Histórico y Geográfico de Alagoas (IHGAL). Con base en una investigación documental, en este artículo me propongo caracterizar y contextualizar las narrativas producidas en dos momentos clave de la trayectoria de la Colección: 1) la asignación de las piezas en el museo de la Sociedad Perseverança e Auxílio en 1912; 2) el traslado de las piezas al museo del IHGAL en 1950. Para el primer momento, movilizo el principal periódico de la prensa local que apoyó a *Quebra* y, por el segundo, artículos publicados en la Revista del IHGAL. Cuestiono si es posible caracterizar una ruptura efectiva entre las narrativas producidas o si se pueden identificar continuidades. Con el fin de arrojar luz sobre esta preocupación, asumo que los objetos reflejan no solo el pasado del que fueron tomados, sino también los procesos posteriores que los constituyeron como colección de museo.

### PALABRAS CLAVE

Colección Perseverança; Museos; Colección etnográfica.

## INTRODUÇÃO

Atualmente verifica-se a emergência e o crescimento no número de museus colaborativos ou decorrentes da iniciativa de grupos sociais e comunidades. No Brasil, esse processo insere-se em um movimento mais amplo de afirmação identitária protagonizado pelas ditas “populações subalternizadas”, no bojo do qual “essas populações tomaram de assalto o seu direito de produzir ‘autorrepresentações’” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 08). Como parte desse movimento, ganham força as críticas acerca do modelo enciclopédico e colonial ainda vigente em alguns museus que guardam coleções e acervos de objetos religiosos de matriz africana.

As coleções sacras oriundas de ações repressivas são marcadas pela ruptura da relação entre objetos e suas comunidades religiosas de origem (BITENCOURT, 2018). Em Alagoas, este é o caso da Coleção Perseverança composta por objetos sagrados roubados de terreiros no violento episódio conhecido como “Quebra de Xangô”, ocorrido em Maceió e adjacências no ano de 1912<sup>2</sup>. No calor dos acontecimentos daquele ano, as peças roubadas foram conduzidas ao museu da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió, instituição vinculada ao grupo político que enredou os ataques aos terreiros. No bojo da narrativa produzida pelos algozes, os objetos religiosos foram descritos pela imprensa local que apoiou os ataques, dentre uma infinidade de outros termos racistas e pejorativos, como uma “alluvião de bugingangas” em sua “fealdade de obra mal acabada”<sup>3</sup>. Menos de 40 anos depois, quando de sua transferência para o museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) em 1950, o folclorista Théo Brandão referiu-se ao conjunto das mesmas peças como possivelmente uma “das mais ricas e preciosas coleções existentes no Brasil, em matéria ligada aos cultos negros”<sup>4</sup>.

Em princípio, nestes momentos-chave da trajetória da Coleção Perseverança foram produzidas narrativas bastante distintas acerca dos objetos sagrados e das religiões de matriz africana em Alagoas. Não obstante, problematizo se é possível caracterizar uma

---

<sup>2</sup> A Coleção Perseverança encontra-se sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e compreende mais de 200 objetos sagrados e sacralizados entre assentamentos, esculturas religiosas, indumentárias, insígnias, instrumentos musicais, entre outros artefatos ritualísticos. Além do *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*, de Abelardo Duarte (1974), Raul Lody (1985) produziu importante descrição das peças que informou sua exposição no Museu do IHGAL até o ano de 2019. Uma etnografia da Coleção encontra-se em Fontes (2021) e uma análise mais voltada à estética das peças pode ser verificada em Almeida (2020). Há junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) um processo para tombamento da Coleção Perseverança enquanto Patrimônio Cultural do Brasil.

<sup>3</sup> Jornal de Alagoas, 07/02/1912, p. 01. Todas as edições do Jornal de Alagoas citadas ao longo do artigo foram digitalizadas e disponibilizadas pelo Arquivo Público de Alagoas.

<sup>4</sup> Discurso de Théo Brandão, 16/09/1950, p. 05. Original disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Documento nº 2155, caixa 26, pacote 02, documento 08.

efetiva ruptura entre ambas as narrativas ou se, eventualmente, continuidades podem ser identificadas. Considerando este questionamento, sigo a indicação de Geoge Stocking (1985, p. 04) de que os objetos revelam não apenas o passado do qual foram arrancados, mas também aqueles passados que os exibiram enquanto coleção museal: “This is even more the case inasmuch as the objects viewed by museum observers are survivals not only of the past from which collection wrench them, but from those later pasts into which any given act of exhibition has placed them”. Neste sentido, proponho cotejar a trajetória da Coleção Perseverança como parte da biografia dos objetos que a compõem, na qual a questão dramática reside nas incertezas de sua valoração e de sua identidade (KOPYTOFF, 2008). Contudo, ressalva-se que a análise proposta não recaiu sobre as formas de exposição da Perseverança *stricto sensu*, mas antes enfocou as narrativas produzidas em dois momentos decisivos de sua trajetória.

Inicialmente, teço considerações acerca do surgimento dos museus etnográficos no Brasil e da constituição de coleções religiosas em decorrência de ações repressivas a terreiros. Abordo aspectos que marcaram o modelo enciclopédico dos primeiros museus brasileiros e os dispositivos legais que justificaram ações violentas contra religiosos/as e seus cultos, apresentando sucinto panorama das principais coleções de objetos sagrados de matriz africana oriundas desse contexto repressivo. Em seguida, desenvolvo o objetivo de contextualizar e caracterizar as narrativas produzidas nos dois momentos acima referidos. Para o contexto da alocação dos objetos no museu da Sociedade Perseverança e Auxílio em 1912, utilizo notícias, notas e anúncios do Jornal de Alagoas, periódico vinculado ao grupo político que enredou os ataques aos terreiros. Acerca da transferência dos objetos para o museu do IHGAL em 1950, mobilizo artigos, conferências e discursos de intelectuais membros da instituição e publicados em sua revista.

Buscando rastrear a maneira pela qual peças e religiosas/os foram enunciadas/os, considere as notícias, notas e anúncios do Jornal de Alagoas enquanto “pedaços de significação” que permitem compreensões não apenas acerca dos ataques propriamente ditos, mas também sobre o contexto que culminou na alocação das peças roubadas no museu da Sociedade Perseverança e Auxílio. Por seu turno, nas produções de intelectuais do IHGAL enfoquei estratégias discursivas e dispositivos acionados para legitimar e autorizar seus estudos desenvolvidos a partir da Coleção. Inspirado em apontamentos de João Pacheco de Oliveira e Rita de Cássia Melo Santos (2019, p. 09), almejo cotejar os “modos de exposição” da religiosidade de matriz africana em Alagoas a partir das narrativas articuladas às/pelas instituições que atuaram na constituição da Perseverança enquanto coleção museal.

## OBJETOS SAGRADOS DE MATRIZ AFRICANA E REPRESSÃO

Os primeiros museus etnográficos brasileiros surgiram ainda no século XIX. O Museu Nacional foi fundado em 1818, o Museu Paraense Emílio Goeldi data do ano de 1866 e o Museu Paulista foi instituído em 1894. Apesar da variação nas datas de fundação, há uma significativa coincidência no período de atuação de seus principais diretores — respectivamente João Batista Lacerda (1895–1915), Emílio Goeldi (1893–1907) e Hermann von Ihering (1894–1916) — cujas formulações marcaram as instituições pela perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória (SCHWARCZ, 1989, p. 26-29). Seus diretores almejavam estabelecer discussões atualizadas internacionalmente e, em decorrência, os museus brasileiros se constituíram como alternativa institucional ao debate científico em um país ainda carente de universidades. Importante ressaltar que esse período também coincidiu com o início do apogeu da antropologia museológica na Europa e nos Estados Unidos, considerando o emprego de pessoal especializado e do apoio ao trabalho de campo (STOCKING, 1985, p. 08).

Analisando suas revistas a partir dos temas das publicações, Lilia Schwarcz (1989) identificou o predomínio de artigos dos chamados “estudos naturalistas” — zoologia, botânica e geologia — em detrimento dos artigos de antropologia física e arqueologia. Todavia, os estudos dos museus buscavam ordenar e classificar a flora e a fauna locais com o intuito de tematizar o “homem brasileiro”. Neste aspecto específico se colocava o debate em torno do evolucionismo, tanto biológico quanto cultural.

No Brasil, as teses do evolucionismo foram diretamente associadas à questão racial da população. Na Europa e nos E.U.A. a miscigenação entre “raças” foi considerada como degenerativa, mas no contexto brasileiro isso precisou ser adaptado diante de uma população fortemente miscigenada e com expressivos casos de ascensão social (SKIDMORE, 1976). As teses estrangeiras foram mobilizadas para estabelecer critérios diferenciados de cidadania — supondo a hierarquia natural entre “raças” —, mas paradoxalmente evitando suas implicações negativas acerca da miscigenação (SCHWARCZ, 1993). Poucos intelectuais brasileiros endossaram o entendimento de que a miscigenação gerava degeneração, entre os quais destacava-se Nina Rodrigues. Em geral, posições menos austeras que a do médico maranhense buscaram abrandar as contradições e legitimar os pressupostos que fundamentaram a política do branqueamento.

Nos museus brasileiros, a questão racial também foi tratada na perspectiva evolucionista. João Batista Lacerda chegou a defender o branqueamento enquanto tese científica no Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres no ano de 1911. Suas projeções indicavam que em um século os “traços da raça negra” seriam completamente removidos da população brasileira. Porém, como ressaltado acima, nestas

instituições predominaram reflexões que partiam dos pressupostos das ciências naturais, com base na ordenação e classificação da flora e fauna locais. Em consequência, eram primordialmente as populações ameríndias que “alguns viajantes vinham buscar, ou que Ihering e João Batista Lacerda tratavam de analisar” (SCHWARCZ, 1989, p. 66).

Talvez como reflexo desta perspectiva, em princípio o modelo enciclopédico dos primeiros museus brasileiros não devotou maior atenção aos objetos oriundos de populações afro no Brasil. Em todo caso, a origem das principais e mais antigas coleções de objetos religiosos de matriz africana reside em outro contexto, qual seja: aquele marcado por ações repressivas, institucionalizadas ou não.

A primeira coleção constituída por objetos sacros apreendidos em ações repressivas parece ter sido a que recebeu o nome de Coleção Polícia da Corte, descoberta há poucos anos no Museu Nacional e formada ainda no período imperial. A partir da correspondência trocada pelas instituições entre 1880 e 1887, Carolina Cabral Ribeiro de Almeida (2018, p. 47-51) identificou reiteradas solicitações do então diretor do Museu Nacional, o alagoano Ladislau Netto, para que a Polícia da Corte doasse peças apreendidas nas ditas “casas de dar fortuna”. Chama a atenção o destaque conferido por Netto ao “grande valor etnográfico” dos objetos religiosos. Infelizmente, apenas algumas peças da Coleção sobreviveram ao trágico incêndio de 2018 (CONDURU, 2019)<sup>5</sup>.

No período republicano, a Constituição de 1891 assegurou a indivíduos e confissões religiosas o exercício público e livre de seus cultos, incluindo o caráter secular dos cemitérios e o direito à prática de seus ritos fúnebres. O Código Penal de 1890 já havia tipificado os crimes contra o livre exercício dos cultos, porém, naquela oportunidade também foram tipificados os crimes contra a saúde pública, incluindo:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: [...]

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: [...]

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro [...]. (BRASIL, 1890).

É com base nestes artigos que cultos e religiosas/os de matriz africana foram alvo de repressão institucionalizada na primeira metade do século XX (MAGGIE, 1986). São oriundos desse contexto repressivo, em parte ou em sua totalidade, o Acervo Nosso Sagrado, o acervo Afro Pernambucano, a Coleção Xangô e presumivelmente também a Coleção Estácio de Lima

---

<sup>5</sup> Peças da Coleção Polícia da Corte integraram a vitrine *Africanos no Brasil* da exposição *Kumbukumbu*, do Museu Nacional. Mariza de Carvalho Soares (2019) relatou sua experiência como curadora da exposição e o material pedagógico elaborado para auxiliar visitas guiadas encontra-se disponível em: [https://www.museunacional.ufrj.br/see/docs/publicacoes/Kumbukumbu\\_PTBR.pdf](https://www.museunacional.ufrj.br/see/docs/publicacoes/Kumbukumbu_PTBR.pdf). Acesso em: 01 set. 2022.

e a Coleção Registro Sertanejo, além de peças presentes no museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e no Museu Histórico Nacional.

Possivelmente o caso mais emblemático seja o do Acervo Nosso Sagrado, formado por objetos reunidos no museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Este último servia como lugar de guarda de materiais e objetos provenientes das ações policiais e, após 1934, uma das competências definidas para a Primeira Delegacia Auxiliar referia-se aos processos contra cartomancia, mistificações, magias e demais crimes contra a saúde pública (CORRÊA, 2014, p. 37-38). O então denominado Museu da Magia Negra foi o primeiro bem inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico do IPHAN. Recentemente foi rebatizado como Acervo Nosso Sagrado e transferido para o Museu da República como resultado de ampla mobilização social (VERSIANI, 2021).

Os objetos do acervo Afro Pernambucano foram apreendidos em ações policiais no Recife e posteriormente cedidos à Missão de Pesquisas Folclóricas (1938). Em carta a Mário de Andrade, o chefe da expedição frisou que no Recife “foram fechados os terreiros e apreendido o material do culto” e que o delegado “ofereceu para o departamento [de Cultura de São Paulo] grande parte do material apreendido. Coisa de vasto valor. (...) Coisa para 300 peças; disso para mais” (SAIA, 1938 *apud* CERQUEIRA, 2016, p. 44). Atualmente o acervo está sob a guarda do Centro Cultural São Paulo, encontrando-se acessível em formato virtual (BITENCOURT, 2018; LINS, 2019)<sup>6</sup>. Gertrudes Gomes Lins (2019) aventa a possibilidade de que o interesse demonstrado pela Missão de Pesquisas Folclóricas pelos terreiros do Recife tenha influenciado as autoridades policiais locais a transferir parte dos objetos apreendidos para o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE). Estes objetos compõem a Coleção Xangô, nas palavras de Lins (2019, p. 99):

As duas coleções, tanto a da ‘Missão’ (hoje CCSP) como a do MEPE se completam, tiveram a mesma origem, os terreiros de Xangô da periferia do Recife, o mesmo período de coleta, década de 1930, mesma procedência, SSP, mesma data de entrada na instituição, 1938, sob as mesmas circunstâncias de apreensão e repressão.

A Coleção Estácio de Lima vincula-se à Faculdade de Medicina da Bahia, mas restam dúvidas acerca de sua relação com os objetos que formavam a coleção de Nina Rodrigues (GALAS, 2015, p. 137-40). Apesar das incertezas que pairam sobre sua origem, presume-se que parte dos objetos seja oriunda de ações repressivas a terreiros baianos (CUNHA, 2014; SANZI-ROCA, 2007). Além disso, no Museu de Medicina Legal as peças sacras foram expostas juntamente com objetos criminológicos e patológicos. Isso motivou a mobilização de religiosas/os, iniciada ainda na década de 1990, e em 2010 chegou-se ao acordo para

---

<sup>6</sup> A exposição virtual *Repatriação Digital do acervo Afro Pernambucano sob a guarda do Centro Cultural São Paulo* resulta da parceria entre o Museu da Abolição e o Museu Afro Digital e pode ser visitada em: <http://www.museuafrodigital.com.br/repatriacaodigital/>. Acesso em: 01 set. 2022.

transferir a Coleção para o Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (CUNHA, 2014, p. 861-62).

A Coleção Registro Sertanejo, atualmente alocada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, compreende peças originárias de cultos do interior paulista que foram doadas ao Museu Paulista pela Secretaria de Segurança Pública no período entre 1914 e 1943. A doação feita por esta última indica a provável apreensão das peças em ações de repressão policial (AMARAL, 2000). No museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia encontram-se objetos de terreiros cuja doação foi realizada por oficiais de polícia (SANSI-ROCA, 2007, p. 98). Finalmente, Roberto Conduru (2019, p. 101), com base nos textos de Mário Barata, afirma que peças religiosas apreendidas pela polícia do Rio de Janeiro foram integradas ao Museu Histórico Nacional.

Ainda que por vezes a Coleção Perseverança seja citada como resultante de ação repressiva institucionalizada (CONDURU, 2019, p. 109; GALAS, 2015, p. 139-40; VERSIANI, 2021, p. 03), os ataques aos terreiros alagoanos de fevereiro de 1912 foram encabeçados por uma organização político-partidária e contaram com participação de populares. O trágico episódio foi desencadeado por disputas políticas locais no contexto do movimento salvacionista do governo Hermes da Fonseca. O então governador alagoano Euclides Malta foi acusado de apoiar e frequentar os terreiros e, em decorrência, estes tornaram alvo de seus opositores políticos. Na primeira noite, uma turba de quase 500 pessoas – inflamada pela Liga dos Republicanos Combatentes – atacou cerca de 30 terreiros da capital. As ações violentas se expandiram para áreas mais distantes e perduraram pelos dias subsequentes (RAFAEL, 2010; FONTES, 2021).

Por outro lado, em geral os estudos que abordam especificamente o Quebra de Xangô localizam suas causas no conflito político em torno do governo de Alagoas. São mais escassas as reflexões que buscam evidenciar os motivos pelos quais uma disputa entre oligarquias locais pôde desencadear um violento episódio de perseguição religiosa. O estopim dos ataques foi a associação de Malta aos terreiros, porém, creio ser inequívoco que o Quebra teve lugar na conjuntura mais ampla de perseguição religiosa no Brasil. Apesar de não resultar de ação repressiva institucionalizada, os articuladores dos ataques mobilizaram acusações de supostos crimes contra a saúde pública como justificativa. Além disso, como tratado a seguir, no turbulento contexto que antecedeu o episódio é possível identificar pelo menos uma menção a ações policiais contra religiosos/as.

## AMBIGUIDADE E DESUMANIZAÇÃO NO MUSEU DA SOCIEDADE PERSEVERANÇA E AUXÍLIO

Nas reportagens do *Jornal de Alagoas* abundam referências que buscavam associar os terreiros aos crimes contra a saúde pública tipificados no Código Penal de 1890<sup>7</sup>. Em relação ao Quebra de Xangô propriamente dito, principalmente a série de notícias *Bruxaria* é mobilizada como fonte documental dos estudos historiográficos e etnográficos. Porém, nas demais notícias e seções secundárias do periódico — como notas públicas e anúncios — também é possível identificar a elaboração de enunciados articulados em torno da disputa entre as oligarquias locais. Tomando parte nestes enunciados encontravam-se as principais organizações protagonistas desse momento no qual os objetos foram arrancados do contexto religioso: a Liga dos Republicanos Combatentes e a Sociedade Perseverança e Auxílio.

Cabe ressaltar que considere as notícias, notas e anúncios do *Jornal de Alagoas* enquanto “pedaços de significação” constituídos a partir de expectativas, posições e representações específicas. Ou seja, não se trata de pôr à prova a veracidade ou não das notícias e demais publicações, mas de compreendê-las enquanto “situações plenas de significação, sendo nesse sentido mais relevante apreender como se produziram, difundiram e repercutiram” (SCHWARCZ, 1987, p. 11-17). Também não se trata de interpretar versões diversas sobre um mesmo fato ou contexto. Enfoquei especificamente o *Jornal de Alagoas* almejando apreender enunciados significativos para caracterizar e contextualizar a narrativa forjada pelas principais organizações envolvidas nesse momento de ruptura da ligação entre objetos sagrados e comunidades religiosas.

Pode-se identificar no periódico efetiva campanha contra religiosos/ase terreiros. A edição de 27 de janeiro de 1912 estampa duas referências. De acordo com uma *Queixa*, uma professora teria se deslocado à redação do *Jornal* e afirmado que “por ter erguido um viva ao coronel Clodoaldo da Fonseca, candidato [da oposição] do povo alagoano ao cargo de governador, fora duramente insultada pela crioula Maria da Cruz, que naquele arrabalde so (sic) dá á pratica de bruxedo, etc.”. Na sequência, o redator recomenda “a valiente feiticeira ao ilustre sr. Tenente-coronel Fabricio de Mattos”<sup>8</sup>. A edição inclui ainda a notícia *Xangô na cadeia*, a qual reportou a ação repressiva da polícia citada acima: “Foi preso tras-ante hontem

---

<sup>7</sup> No período das eleições de 1912, o *Jornal de Alagoas* vinculava-se à chapa de oposição do Partido Democrata encabeçada por Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima. Seu proprietário e diretor, Luiz Magalhães da Silveira, foi candidato a deputado federal naquele pleito de 1912 pelo mesmo partido. Tratava-se, portanto, de um verdadeiro instrumento de propaganda política do grupo opositor a Euclides Malta que explicitamente justificou, fomentou e celebrou os ataques aos terreiros de Alagoas.

<sup>8</sup> *Jornal de Alagoas*, 27/01/1912, p. 01.

e recolhido á Detenção uma quadrilha do célebre ‘changô’, que funcionava na casa de um tal Anacleto á rua de Santo Antonio”<sup>9</sup>.

Ulisses Neves Rafael (2010, p. 296-298) frisou a cautela necessária ao se discutir eventuais ações policiais sobre os cultos em Alagoas e ressaltou “certa ambiguidade” presente na relação destes com o poder público. Fiando-se na notícia veiculada pelo Jornal de Alagoas, a detenção ocorrida “na casa de um tal Anacleto” configurou uma dessas eventuais ações policiais sobre os terreiros. Por outro lado, Yvonne Maggie (1986, p. 85) ressaltou que a repressão se inscreve na lógica da crença e isso inclui sua disseminação mais geral entre a população. No caso do Quebra de Xangô é possível verificar essa inscrição em diversos segmentos, para além da ação repressiva institucionalizada.

Pois bem, um aspecto aparentemente mais sutil da campanha perpetrada pelo Jornal de Alagoas contra os terreiros revela-se central na caracterização da narrativa forjada por opositores sobre religiosos/as. Trata-se da utilização do jargão higienista, principalmente pela coluna *Prato do Dia*, caracterizando os ataques como uma “limpa” e um “bello movimento de afastar para longe esses ‘noitibós’ agoureiros, perturbadores do sossego publico! Vão-se ‘restos’ do Euclides e sua ‘raça’ diabólica!”<sup>10</sup> Ou então: “Eram restos, vestígios ainda dessas sombras negras, — azas de noitebós —, que turvavam a limpidez do céu de Alagoas!”<sup>11</sup>.

Esse componente de desumanização por credo religioso tomava como pressuposto a exotização de religiosas/os em relação ao “povo”, ou à “população alagoana”, termos frequentemente mobilizados pelo periódico. A partir disso creio ser possível identificar o Quebra de Xangô como aquele tipo de movimento iconoclasta que se volta à destruição de ídolos, mas que se opõe “à imagem à qual seus opositores aderem com mais força” (LATOURE, 2008, p. 132). Ou seja, pode-se inferir que os objetos de terreiro foram tomados como “troféus de guerra” na campanha contra um outro que, como tal, não deveria fazer parte da “população alagoana”. Em decorrência — de forma semelhante ao modo colonial de relação com “os outros” (OLIVEIRA; SANTOS, 2019, p. 20) —, os valores, crenças e modos de vida de religiosos/as permaneceram completamente ausentes desse primeiro momento decisivo na constituição da Coleção Perseverança.

Para os objetivos aqui propostos torna-se relevante ressaltar também a forma pela qual os objetos sacros foram enunciados. Não obstante a explícita abordagem racista e pejorativa do periódico, creio ser possível sugerir que certa ambiguidade em torno das peças

---

<sup>9</sup> Jornal de Alagoas, 27/01/1912, p. 01.

<sup>10</sup> Jornal de Alagoas, 04/02/1912, p. 01. A coluna *Prato do Dia*, assinada por Joca Lima da Fonseca, contém linguagem bastante sarcástica e chula contra Euclides Malta, religiosas/os, terreiros e objetos sagrados.

<sup>11</sup> Jornal de Alagoas, 06/02/1912, p. 01.

se fazia presente desde o momento do Quebra. Anderson Almeida (2019, p. 93-94) levantou o questionamento acerca dos motivos pelos quais parte das mesmas foi preservada e enfatiza que “estas peças foram salvas durante as invasões com o intuito de manterem viva a memória do grupo miliciano” e como prova de que Malta frequentava os terreiros. Em meu entendimento, esse foi o caso em relação aos ataques propriamente ditos, entretanto, as entrelinhas do *Jornal de Alagoas* revelam ambiguidades no discurso posterior de seus algozes sobre os objetos roubados.

A notícia *Bruxaria* de 7 de fevereiro de 1912 afirma: “Ante-hontem fômos completar as nossas informações na exposição que se fez na sede da ‘Liga dos Republicanos Combatentes’”<sup>12</sup>. Tal complementação seria relativa à suposta incursão feita por um integrante do periódico, reportada na edição do dia anterior, a uma “dessas casas de bruxaria, na tarde de 1º de fevereiro, momentos antes se ser invadida pelo populacho sequioso”<sup>13</sup>. Cumprir ressaltara descrição ligeiramente mais informativa das notícias de 06 e 07 de fevereiro, a primeira mencionando eventual incursão a uma casa de culto e a segunda a partir de uma visita à exposição das peças na sede da Liga. Mesmo em meio a uma abordagem depreciativa e racista, a menção a “completar as nossas informações na exposição”, ainda que irônica, implicou em reconhecer que os objetos poderiam instruir e complementar a reportagem anterior do jornal.

A sequência da notícia de 07 de fevereiro ressalta que a “sala da ‘Liga’ estava transformada em museu e tinha o aspecto alegre de um presepe em noite de Natal. Tudo muito bem arrumado (...)”. Entendo que a utilização do termo “museu” — mais uma vez em tom irônico — corrobora a ambiguidade e talvez reflita as próprias contradições implicadas pela perspectiva colonial dos museus enciclopédicos. Ademais, a notícia menciona uma descrição das peças supostamente realizada por um religioso: “Um ‘filho de santo’, desses muitos que ali foram contemplar os preciosos despojos, tudo explicou e a ‘Liga’ fez escrever em pedacinhos de papel os diversos mysteres daquela alluvião de bugingangas”. Larissa Fontes (2021, p. 377) questiona essa menção:

Ora, como que, apenas dois dias após tamanha violência, um adepto do xangô pôde tão tranquilamente ter sido recebido na sede da Liga dos Republicanos Combatentes a ponto de ser ouvido pelos próprios algozes em suas explicações sobre objetos roubados (talvez de sua própria casa de culto)?

Seguindo o questionamento de Fontes, a suposta descrição torna-se ainda mais surpreendente na medida em que teria sido realizada por um religioso dentre “muitos que ali foram contemplar os preciosos despojos”. Em todo caso, ressalto que a reportagem

<sup>12</sup> *Jornal de Alagoas*, 07/02/1912, p. 01.

<sup>13</sup> *Jornal de Alagoas*, 06/02/1912, p. 01. Cabe destacar que, a meu juízo, este trecho revela a articulação mais ampla e premeditada para os ataques, para além da ação da Liga dos Republicanos Combatentes.

mobilizou essa eventual explicação como um recurso de autoridade para suas descrições. A sequência do texto nomeia e descreve algumas peças e, ao fim, afirma que após a “inspecção” os visitantes se retiraram da sede da Liga “perfeitamente instruído (sic) sobre as cousas do ‘xangô’”. Apesar da veracidade ou não do relato, importa observar que o próprio veículo de propaganda do Quebra — em meio a menções irônicas, racistas e depreciativas — involuntariamente explicitou o entendimento de que as peças poderiam ser relevante fonte de conhecimento sobre os cultos de matriz africana em Alagoas.

Na mesma edição do Jornal de Alagoas há uma nota sobre a exposição das peças, mas já na sede da agremiação que futuramente seria homenageada no nome da Coleção:

Xangô

Na sede a ‘Perseverança e Auxilio dos Caixeiros de Maceió’, á Praça da Matriz, acham-se expostos, todas as noites, das 7 ás 10, os objetos encontrados nas casas de ‘xangô’ e que até ante-hontem estiveram na Liga dos Republicanos Combatentes<sup>14</sup>.

Em princípio, esta nota confirma que as peças permaneceram poucos dias na sede da Liga dos Republicanos Combatentes e logo foram transferidas para a Sociedade Perseverança, aspecto que parece suscitar dúvidas em alguns textos. Além disso, tal confirmação levanta inquietações acerca dos vínculos da Sociedade com a Liga e, por extensão, com o episódio do Quebra propriamente dito.

Buscando elucidar tais relações, Osvaldo Maciel (2011, p. 141) ressaltou a proximidade entre a Sociedade Perseverança e outra agremiação que figura na documentação do período, a Liga Caixeiral Pró Clodoaldo-Fernandes, sendo que esta se constituiu em um organismo de participação política articulado por membros daquela. Além da provável participação direta de integrantes da Sociedade Perseverança no episódio do Quebra, seu estreito vínculo com a Liga dos Republicanos era notório:

Exposição de Changô

A Diretoria da Perseverança previne ao público, que desde hontem se acha encerrada a Exposição dos objetos do Changô, devido a morte do grande diplomata Barão do Rio Branco. Somente amanhã será reaberta conforme ficou assentado com o digno presidente da Liga dos Republicanos Combatentes a quem cedemos os nossos salões para dita Exposição<sup>15</sup>.

Considerando a provável participação de integrantes da Sociedade Perseverança nos ataques de 1912 e sua inequívoca vinculação com a Liga, evidencia-se que os objetos sagrados permaneceram nas mãos dos próprios algozes que perpetraram a violência aos terreiros. Por extensão, pode-se inferir que os enunciados veiculados pelo Jornal de Alagoas conformaram também a narrativa que informou esse momento de alocação dos objetos na

---

<sup>14</sup> Jornal de Alagoas, 06/02/1912, p. 01

<sup>15</sup> Jornal de Alagoas, 11/02/1912, p. 02.

Sociedade Perseverança. É sintomático disso que uma imagem exposta no Jornal de Alagoas tenha sido conduzida diretamente ao museu da agremiação comercial, de acordo com a última notícia *Bruxaria* publicada em 10 de fevereiro<sup>16</sup>.

Porém, em face de outras eventuais alternativas, é possível indagar o motivo pelo qual a Sociedade Perseverança foi escolhida como destino das peças. Provavelmente isso ocorreu devido ao seu perfil enquanto instituição de ensino. Esse também é o entendimento de Larissa Fontes (2021, p. 375): “Pode-se então imaginar que a doação dos objetos resultados da Operação Xangô deva-se à representação intelectual da qual gozava a instituição”. Desde a década de 1880 a Sociedade Perseverança fornecia aulas no período noturno, compreendendo línguas, matemática e “escrituração mercantil”. Com uma estrutura semelhante aos liceus do período, suas aulas contribuíram para disseminar as letras entre sócios e seus filhos. Maciel (2011, p. 191-192) afirma que a aproximação de sua diretoria com o governo eleito em 1912 viabilizou a reativação de seu curso comercial. De fato, é a partir do mês de maio daquele ano que abundam anúncios do curso no Jornal de Alagoas, o qual destinava-se ao “preparo techno profissional”. Os anúncios apresentam a relação das disciplinas lecionadas e ressaltam a estrutura da Sociedade e demais vantagens oferecidas: “leitura de mais de 5.000 volumes de varias obras de 54 secções de sciencias diversas; da leitura de jornaes em seu Gabinete de Leitura”; (...) ouvir Conferencias sobre ‘Commercio, Agricultura, indústrias, artes’ e etc.”. Contudo, o principal aspecto a ser destacado refere-se à descrição de seu museu:

[...] de ter para seu estudo um ‘Museu Commercial’ onde encontrará uma infinidade de objetos para ‘estudos scientificos’ desde a ‘Archeologia’ á mais insignificante ‘sciencia’ e centenares de artigos de ‘industrias, etc’, onde se poderá verificar as ‘riquezas do Estado e do Paiz;”<sup>17</sup>.

O Museu Comercial da Sociedade Perseverança foi inaugurado em 1897 a partir de objetos que vinham sendo recolhidos em seus salões. Abrigava utensílios de cerâmica, armas e uma valiosa coleção numismática, além de produtos de benfeitorias locais. Também contava com adornos e objetos indígenas. Ratificando sua importância, em 1906 o museu recebeu a visita do presidente eleito Afonso Pena e, por volta de 1920, abrigou a coleção Alfredo Brandão e artefatos de indígenas Timbira do Maranhão (MACIEL, 2011, p. 86). Tratava-se de um museu nos moldes de um gabinete de curiosidades com relativo prestígio no contexto da capital alagoana do início do século XX. Creio que a destinação das peças para o Museu Comercial corrobora a ambiguidade acima sugerida: por um lado, troféus de guerra e evidências das acusações de feitiçaria que justificaram a ação violenta do Quebra; por

---

<sup>16</sup> Jornal de Alagoas, 10/02/1912, p. 01.

<sup>17</sup> Jornal de Alagoas, 08/05/1912, p. 03. Os anúncios foram veiculados em diversas edições do periódico.

outro, objetos dignos de exposição no prestigiado museu de uma agremiação com significativo reconhecimento enquanto instituição de ensino.

Cabe ressaltar que naquele período Nina Rodrigues já havia publicado seu *As bellas-artes nos colonos pretos do Brazil*, no qual apresentou pioneiro estudo sobre esculturas afro. Em sua perspectiva evolucionista, Rodrigues (1904, p. 16) afirmou:

Os frutos da arte negra não poderiam pretender mais do que documentar, em peças de real valor ethnographico, uma phase do desenvolvimento da cultura artística. E medidas por este padrão revelam uma phase relativamente avançada da evolução do espírito humano.

Como destacado anteriormente, ainda na década de 1880 o diretor do Museu Nacional — o alagoano Ladislau Netto — também destacou o “grande valor etnográfico” dos objetos religiosos apreendidos pela Polícia da Corte (ALMEIDA, 2018, p. 47). Não se trata de afirmar que membros da Sociedade Perseverança efetivamente reconheceram valor etnográfico ou artístico nas peças roubadas dos terreiros alagoanos, mas tão somente de ressaltar que perspectivas nessa direção já estavam em curso no Brasil.

De qualquer forma, em 1934 a Coleção foi visitada por Arthur Ramos, em 1936 por Ulisses Pernambucano e em 1944 por Gilberto Freyre. Sobre a visita do primeiro, a imprensa local frisou seu interesse em estudar e classificar a “coleção de Africanologia” do museu da Sociedade Perseverança (ANDRADE, 2015, p. 85). Ulisses Neves Rafael (2009) afirma que Ramos abordou muito superficialmente o Quebra de Xangô, porém, naquele momento a ambiguidade em torno das peças já havia arrefecido. Para o objetivo aqui proposto, resta ainda verificar se a narrativa produzida na transferência para o museu do IHGAL configurou efetiva ruptura em relação à narrativa exotizante e desumanizadora forjada por seus algozes de 1912, na qual os valores, crenças e modos de vida de religiosas/os de matriz africana de Alagoas permaneceram completamente excluídos.

## O OUTRO PRETÉRITO NO MUSEU DO IHGAL

O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) foi fundado em 1869 e é, portanto, um dos mais antigos do país. Naquele momento encontravam-se constituídos apenas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de 1838, e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), de 1862. Em geral, as linhas de atuação do IHGAL podem ser inferidas a partir da compreensão mais ampla sobre os institutos históricos. Lilia Schwarcz (1993) se refere a “um modelo dos institutos”, ressaltando a elaboração de uma agenda com personagens e fatos notáveis e um projeto enciclopédico voltado à construção de uma história oficial. A arregimentação de seus associados seguia modelos de indicação afastados de padrões científicos ou acadêmicos e, neste particular, os institutos se assemelhavam a sociedades de corte.

Nas primeiras décadas do IHGB, em cujo período seus membros se empenhavam na construção de uma história oficial e unificadora da nação, a questão racial foi tratada de forma dúbia e as populações negras e indígenas receberam tratamentos distintos. A tese de Karl Friedrich Philipp von Martius, vencedora do concurso de 1844 promovido pelo Instituto, propôs que a história do Brasil somente poderia ser escrita a partir da “mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças”: branca (portugueses), negra e indígena, sendo a primeira a “raça predominante” (MARTIUS, 1845, p. 381). Porém, de forma geral a produção etnográfica do IHGB de meados do século XIX restringiu-se ao estudo de povos indígenas, buscando vinculá-los ao projeto de unidade da nação:

Esse elo, que a etnografia, associada à história, precisava ajudar a criar, já restringia o acesso da nação brasileira a certas nações que existiam no território do Império. Vincular as ‘nações’ e a nação brasileira significava, naquele momento, iluminar as nações indígenas e apagar as africanas. (KODAMA, 2009, p. 108).

Acerca da atuação do IAHGP é possível identificar o enaltecimento de eventos históricos locais, principalmente a expulsão dos holandeses e a Revolução de 1817. Em relação à questão racial, Lilia Schwarcz (1993, p. 122-123) identificou nas publicações da Revista do IAHGP a valorização da política do branqueamento e de uma “boa miscigenação” marcada pelo influxo do elemento branco, a qual também predominou nos debates da Escola de Direito do Recife.

A trajetória e as principais características do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas não destoam das de seus congêneres. Entre as finalidades da instituição, as duas primeiras são: “I) Adquirir e coligir documentos, livros, manuscritos e outros objetos tocantes a acontecimentos, tradições e pessoas notáveis, sobretudo de Alagoas; II) Assinalar com inscrições ou monumentos, lugares onde ocorreram fatos notáveis da história de Alagoas;” (IHGAL, 2009, p. 07). Tais finalidades evidenciam o projeto de construção de uma história oficial e monumental do Estado e isso se reflete no museu e na Revista do instituto. Nesta, além de atas de reunião, quadros de sócios efetivos e relatórios anuais, destacam-se temas como a invasão holandesa, a conquista do Quilombo dos Palmares e a Revolução de 1817, bem como fatos e memórias de cidades como Porto Calvo, Penedo, Marechal Deodoro (Alagoas do Sul) e Maceió<sup>18</sup>.

A partir dos anos 1940, pode-se identificar relativo incremento nas publicações da Revista sobre populações afro em Alagoas, com destaque para os estudos dos médicos Théo Brandão e Abelardo Duarte. Este tomou posse como sócio do IHGAL em 1940 e no volume

---

<sup>18</sup> Cabe frisar que, salvo engano, até a década de 1920 as publicações sobre o Quilombo dos Palmares sustentaram narrativas bastante depreciativas. A primeira abordagem valorativa que identifiquei refere-se à conferência de Anfilóbio Jayme de Altavila Mello proferida em 13 de maio de 1925 e publicada no ano seguinte. Mello (1926) buscou justificar a resistência ao sistema escravista e exaltar “o primeiro grito de república no Brasil”, além de propor a criação de um monumento com pedras da Serra da Barriga.

de 1941 publicou um artigo sobre doenças que teriam sido trazidas da África para o Brasil. No volume anterior, de 1939, Théo Brandão — que tomara posse como sócio do Instituto em 1937 — havia publicado um artigo intitulado *Da África e da Europa ao Brasil*. Em 1944, Abelardo Duarte publicou *Onegro na colonização de Alagoas*.

Pois bem, em 16 de setembro de 1950 o IHGAL realizou a cerimônia de apresentação dos objetos religiosos oriundos do Quebra de Xangô e o discurso de Théo Brandão pode ser considerado o marco inicial de um novo período na trajetória da Coleção Perseverança. O volume seguinte da Revista do IHGAL, de 1952, publicou a conferência de René Ribeiro proferida na solenidade e os artigos *Sobrevivências do culto da serpente (Dãnh-gbi) nas Alagoas* e *Sobre o Panteão Afro-brasileiro*, ambos de Abelardo Duarte. Nesta seção almejo depreender do conjunto destes textos enunciados que permitam cotejar a narrativa que informou o modo de exposição da Coleção Perseverança no museu do IHGAL. Para tanto, busco identificar estratégias discursivas e dispositivos acionados para legitimar e autorizar os estudos sobre as peças. Particularmente os artigos de Duarte foram mobilizados, dado que autor procurou desenvolver interpretações etnográficas a partir da Coleção.

No discurso de 1950 — ao apresentar as credenciais de René Ribeiro, convidado de honra da solenidade —, Théo Brandão traçou uma espécie de genealogia de intelectuais dos estudos africanistas ao citar Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Ulisses Pernambucano. Ademais, apontou “a influência colateral do maior sociólogo do Brasil — Gilberto Freyre” e, ressaltando a orientação de Melville Herkovits, qualificou Ribeiro como:

[...] dos jovens cientistas brasileiros o mais capaz de continuar a obra de Nina, de Pernambucano e de Ramos, sob a direta orientação do mestre da Northwestern University, nas pesquisas sobre os problemas da cultura negra dentro das mais modernas diretrizes das ciências antropológico-sociais<sup>19</sup>.

Afora adular René Ribeiro, creio que a apresentação de Brandão procurou enfatizar a suposta fundamentação dos estudos africanistas nas “modernas diretrizes das ciências antropológico-sociais” e, como isso, angariar esse *status* para o próprio IHGAL. Por extensão, essa autoridade científica compreenderia os estudos desenvolvidos a partir do museu da instituição, o qual passava a contar com a “preciosa” Coleção Perseverança:

O Museu Afro-Negro da [Sociedade] Perseverança, atualmente incorporado ao Museu do Instituto Histórico de Alagoas sob o título de ‘Coleção Perseverança’ é talvez um (sic) das mais ricas e preciosas coleções existentes no Brasil, em matéria ligada aos cultos negros<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Discurso de Théo Brandão, 16/09/1950, p. 04.

<sup>20</sup> Discurso de Théo Brandão, 16/09/1950, p. 05.

Em seguida, Théo Brandão descreveu sucintamente o conjunto das peças e afirmou que muitas são de “interessante feitura e as vezes de real valor artístico, afora naturalmente a valia e a importância etnográficas e históricas que possuem.”<sup>21</sup> Além da abordagem valorativa sobre a Coleção, o conjunto dos enunciados indica o intento de exaltar o museu do IHGAL e qualificar seus membros enquanto intelectuais versados nos debates científicos e inseridos na genealogia dos estudos africanistas.

Em relação a Abelardo Duarte — sem prejuízo da possível argumentação acerca de seu “silenciamento” sobre o Quebra de Xangô (DIAS, 2018; OLIVEIRA, 2020) —, nas *Sobrevivências* há evidente rechaço aos ataques de 1912, definindo-os como “acto de puro vandalismo e atentatório da liberdade religiosa” (DUARTE, 1952a, p. 65). Duarte (1952a, p. 64-65) procurou retrair a conjuntura política que motivou o episódio e fazer uma defesa de seu sogro Euclides Malta, criticando as reportagens do Jornal de Alagoas. É possível deduzir que tais críticas tenham sido motivadas por seu parentesco com Malta (OLIVEIRA, 2020, p. 09). Em *Sobre o Panteão Afro-brasileiro*, Duarte (1952b, p. 77) mencionou com desagrado notícias acerca de terreiros de bairros maceioenses: “Mais de uma vez a Imprensa se tem referido aos ‘toques’ que se sucedem noite a dentro nos terreiros localizados em Jaraguá, Poço, Bebedouro, Flexal, Farol, Levada, Prado, Gulandim, etc.” Essa passagem é uma das evidências que forçam a relativização da versão do “silenciamento” dos toques nos terreiros de Maceió, a qual remete a Gonçalves Fernandes e foi anos depois reproduzida pelo próprio Duarte (OLIVEIRA, 2020).

Entretanto, para os propósitos da presente reflexão compete ressaltar outro aspecto presente nos artigos de Abelardo Duarte: o fito de desenvolver interpretações etnográficas a partir de peças da Coleção Perseverança. Nesta, Duarte (1952a, p. 66-67) identificou “objetos ligados ao culto *Vodun* da serpente — Dãnh-Gbi” e afirmou que eles “revelam a sobrevivência do culto daomeiano nos nossos antigos Xangôs”. Duas peças foram citadas:

- a) uma pulseira de filha-de-santo, de latão, representando uma cobra enrolada, terminando nas duas extremidades em cauda e cabeça, sendo esta finamente trabalhada e os olhos formados por contas vermelhas;
- b) peça de ferro (22 centímetros de altura), constituída de três lanças e duas foices enlaçadas por uma serpente, na extremidade inferior, tendo uma pequena base ou suporte quadrangular.

Esta segunda peça, para Duarte (1952a, p. 67), incitaria questionamentos acerca de processos sincréticos nos cultos de matriz africana em Alagoas:

Tratar-se-ia, quanto ao segundo desses objetos, de um caso de fusão das mitologias Gêge e Nagô? Há, na referida peça, o Vodun Dãnh, a cobra sagrada, denunciando a existência do culto respectivo, como também caracteres simbólicos do ídolo Nagô Ôgun (lança, foice).

---

<sup>21</sup> Discurso de Théo Brandão, 16/09/1950, p. 06.

Mais do que as especulações em si mesmas, aqui importa frisar que para Abelardo Duarte (1952a, p. 67) suas análises evidenciavam o potencial da Coleção Perseverança para o estudo das “sobrevivências africanas no Brasil”:

Talvez o estudo mais demorado da área afro-alagoana possa trazer novas revelações, como esta que agora surge do exame do material hoje recolhido à Casa das Alagoas, sob a denominação de ‘Coleção Perseverança’. Material que nos mostra que os povos africanos que colonizaram a área nordestina brasileira, inclusive Alagoas, pertenceram a raças e povos os mais diversos do continente, não havendo assim um exclusivismo desse ou daquele povo, como a princípio se julgou.

De forma semelhante ao discurso de Théó Brandão, Duarte também procurou mobilizar os estudos africanistas. Em *Sobre o Panteão Afro-brasileiro* o autor apresentou uma série de referências, delineando o campo de discussão no qual buscava se inserir. Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Donald Pierson, Melville Herkovits, Charles Seligman, Pedro Cavalcanti e Ulisses Pernambucano são citados no artigo. Os estudos de Herkovits sobre terreiros de Porto Alegre/RS e de Carneiro sobre a Bahia são os mais referidos. Além disso, enfatizou sua suposta experiência de campo e contato com informantes. Logo no início do artigo, Duarte (1952b, p. 70) almejou autorizar suas análises a partir do trabalho de campo que anteriormente teria realizado: “Em pesquisa de campo [...] colhi alguns dados em torno do sincretismo afro-brasileiro que procuro analisar nestas linhas”. Em seguida, afirmou: “Obtive aqui de conhecido babalorixá (pai-de-santo) uma relação, se bem que incompleta, dos orixás africanos quanto à sua identificação com santos católicos em terreiros de Maceió”.

Estes recursos de autoridade foram mobilizados e articulados às suas análises sobre as peças da Perseverança. Inicialmente citando os estudos de Edison Carneiro acerca da identificação do orixá Omulu com São Sebastião, Abelardo Duarte (1952b, p. 70-71) afirmou que: “Segundo o meu informante, Omulu aqui [em Alagoas] também é identificado com S. Lazaro, embora o seja comumente com S. Sebastião”. Na sequência, destacou que na Coleção há uma imagem do santo católico “protegida por uma redoma de vidro, em cuja parte interna o artista popular pintou a óleo um painel alusivo”.

Duarte (1952b, p. 71) também voltou sua atenção ao orixá Xangô em passagem bastante representativa de sua estratégia discursiva: citações de estudos desenvolvidos por intelectuais africanistas e referências a observações diretas e/ou contatos com informantes em articulação com análises das peças da Coleção:

Xangô conserva a sua ambivalência, macho e fêmea, nas concepções religiosas do fetichismo afro-brasileiro. Todavia, conforme Edison Carneiro, ‘cada vez mais se torna um orixá masculino’.

Nos terreiros de Maceió, pude verificar que o mais famoso dos orixás do panteão afro-brasileiro caminha para perder a qualidade de ambiséxuo, tornando-se um orixá masculino exclusivo, ‘anjo da guarda do homem’. Entretanto, nos ochês da ‘Coleção Perseverança’, Xangô denota que é ambivalente, pois está vestido de calças por baixo das saias ou da túnica vermelha”.

Larissa Fontes (2021, p. 378) — a partir de entrevista a ela concedida pela museóloga Carmem Lúcia, que trabalhara como estagiária de Abelardo Duarte — afirma que “nunca houve a menor pesquisa etnográfica exclusivamente dedicada à Coleção Perseverança”. Sem prejuízo disso, na reflexão aqui proposta não se trata de apontar a veracidade ou não dos procedimentos de pesquisa apontados por Duarte, mas antes de verificar os enunciados mobilizados e que informaram a exposição da Coleção Perseverança no museu do IHGAL. Em meu entendimento, é possível identificar em seus artigos o recurso a dispositivos de autoridade, conforme discutido por James Clifford (2002), que visavam autorizar sua narrativa a partir da vinculação das análises aos estudos africanistas e aos métodos próprios do campo da antropologia.

O último aspecto que destaco a partir dos artigos de Abelardo Duarte foi tratado por René Ribeiro em sua conferência no IHGAL. Ribeiro (1952, p. 12) afirmou que as “sobrevivências” africanas integraram parte do tema central dos principais estudos africanistas e ainda apareciam em autores como Nunes Pereira e Roger Bastide, ainda que este já mostrasse indicações de uma abordagem “globalista, abandonando a preocupação da forma pelo processo”. Citou também o alerta que Herskovits fizera aos estudiosos brasileiros uma década antes: “É de se esperar que esses estudos abandonem o critério de enxergar nessa forma de viver qualquer coisa consistindo em curiosidades e sobrevivências originais e que passem a tratar esse corpo de costumes como a entidade cultural que efetivamente é.” (HERKOVITS *apud* RIBEIRO, 1952, p. 11). Duarte parece não ter compreendido o alerta, pois frequentemente mobilizou o termo “sobrevivências” e chegou a citar o livro *A Casa das Minas*, de Nunes Pereira, como “a melhor prova da existência de sobrevivências do culto vodum no Brasil” (DUARTE, 1952a, p. 63). Em *Sobre o Panteão Afro-brasileiro*, Abelardo Duarte (1952b, p. 69) mobilizou também a expressão “culto puro”, revelando a reificação de uma suposta pureza dos cultos em África, e em seguida ressaltou a “assimilação” ao catolicismo:

Nas Alagoas, os cultos afro-brasileiros ainda mantinham, nos começos deste século, a julgar pela tradição oral e pelo material etnográfico que se salvou, alguma coisa do culto puro, de vez que a assimilação ao catolicismo já era patente (há na ‘Coleção Perseverança’ vários objetos como a Cruz e até uma imagem de santo católico).

Mencionando a suposta “absorção” sofrida pela “cultura Gegê” frente ao “peso da Yorubana”, Duarte (1952b, p. 61) ressaltou que “ambos estes povos já haviam atingido (...) uma fase de adiantada organização.” Nota-se que o modelo evolucionista — influenciado pela noção de “sobrevivências” de James George Frazer e criticado por Herskovits e René Ribeiro — ainda figurava entre as bases conceituais de Abelardo Duarte. Sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia pode ter exercido influência nisso. Em meu entendimento, o principal reflexo de sua perspectiva evolucionista residiu na busca por referências pretéritas das religiões de matriz africana em Alagoas. *Pari passu* ao modelo mais geral da historiografia oficial do Estado (SILVA, 2018), em seus estudos a partir da Coleção Perseverança as

populações afro foram apresentadas no pretérito, voltando suas interpretações para o período anterior ao Quebrade Xangô.

Os textos de Abelardo Duarte indicam um amálgama entre dispositivos que visavam autorizar sua vinculação com a prática etnográfica — menções a experiências de campo, referências supostamente obtidas com informantes — e uma base conceitual marcada pelo evolucionismo. Ademais, é sua estagiária Carmem Dantas quem indica certo amadorismo de Duarte e de Théo Brandão, incluindo a carência de “ferramentas antropológicas” (DANTAS *apud* FONTES, 2021, p. 377). É neste sentido que a definição da Perseverança enquanto coleção etnográfica ainda pode ser questionada (FONTES, 2021, p. 381).

Em todo caso, pelo menos retoricamente tal definição parece ter sido almejada por Théo Brandão e Abelardo Duarte, este último buscando compreensões etnográficas a partir de peças da Coleção. Porém, essa busca transcorreu dentro de um quadro conceitual ainda marcado pelo evolucionismo e pelo modelo enciclopédico do museu do IHGAL. No IHGAL, instituição especificamente voltada à prática de colecionamento e à produção de uma história oficial e monumental, foram os enunciados de seus intelectuais sobre a Coleção Perseverança que produziram um modo de exibição da matriz africana em Alagoas como exótica e pretérita. Tomando o processo de musealização como o conjunto de atividades do museu — incluindo um trabalho de preservação, de pesquisa e de comunicação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013) —, creio ser possível identificar no museu do IHGAL procedimentos incipientes de musealização da Coleção Perseverança. Entretanto, tais procedimentos foram levados a cabo ressentidos de efetiva participação daquelas/es à/s/a os quais os objetos sagrados de direito pertencem.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do Quebra de Xangô, delineou-se um primeiro momento decisivo na constituição das peças roubadas dos terreiros enquanto coleção de museu. Não obstante a propaganda racista do Jornal de Alagoas, já apontada em diversos estudos, a análise aqui apresentada permitiu sugerir certa ambiguidade na narrativa produzida em torno dos objetos. Isso muito provavelmente refletiu o medo do feitiço e possivelmente também se expressou na aparente contradição entre a perseguição religiosa que os transformou em troféus de guerra e sua alocação em uma instituição dotada de relativo prestígio intelectual. Verificou-se a estreita relação da Sociedade Perseverança e Auxílio com o grupo político que engendrou os ataques de 1912, indicando que a narrativa forjada pelos algozes informou também alocação dos objetos no museu da instituição.

A partir de 1950, com a doação das peças para o IHGAL, inicia-se uma nova fase marcada pelo fito de qualificar a Perseverança enquanto coleção etnográfica a partir dos

estudos desenvolvidos principalmente por Abelardo Duarte. Os intelectuais envolvidos nesse segundo período almejavam autorizar seus trabalhos como supostamente desenvolvidos a partir de técnicas e métodos do campo da antropologia e inseridos na genealogia dos estudos africanistas. Porém, pode-se inferir que esse processo transcorreu no bojo de um referencial conceitual ainda marcado pelo evolucionismo, implicando a Perseverança enquanto coleção de um museu enciclopédico.

Creio que as distinções entre os processos restam evidentes. De forma geral, os intelectuais do IHGAL se distanciaram de uma abordagem explicitamente racista e depreciativa acerca dos objetos sagrados e em alguma medida procuraram exaltar seu valor como coleção etnográfica. Em contraposição ao primeiro período, a ambiguidade sugerida em torno dos objetos não se fez presente no momento de sua transferência para o museu do IHGAL. Théo Brandão e principalmente Abelardo Duarte exaltaram a preciosidade da Perseverança e, neste particular, penso ser relevante reconhecer seus esforços em levar a cabo incipientes procedimentos de um processo de musealização da Perseverança enquanto coleção etnográfica, ainda que ressentidos de maior qualificação técnica oriunda do campo da antropologia.

Por outro lado, continuidades também podem ser apreendidas da análise. O contexto de 1912 foi marcado pela campanha contra os terreiros, a qual incluiu o componente da desumanização por credo religioso, tomando religiosas/os como um outro exotizado em relação à “população alagoana”. Isso compreende o entendimento de que as ações violentas se voltaram não exatamente contra os objetos em si mesmos, mas antes como marca dessa exotização. Evidentemente, qualquer relação mais estreita das peças com valores, crenças e modos de vida de religiosas/os permaneceu completamente ausente desse momento no qual os objetos foram arrancados dos terreiros.

Finalmente, o contexto de transferência dos objetos para o museu do IHGAL — cuja culminância pode ser representada pelo *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*, produzido por Abelardo Duarte e publicado em 1974 — compreendeu enunciados exclusivamente elaborados por intelectuais do IHGAL e, portanto, igualmente apartados de qualquer interlocução sistemática com religiosas/as. Tais enunciados tiveram lugar numa instituição especificamente voltada à produção de uma história oficial e à prática do colecionamento. Em decorrência, também implicaram um modo de exposição do outro exotizado e, nesse caso, pretérito. A exotização do “outro”, marca da perspectiva colonial dos museus enciclopédicos, permite identificar certa continuidade entre as narrativas aqui tratadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. As cinzas da Coleção Perseverança, o Quebra de Xangô ainda arde. **XIV Encontro de História da Arte – UNICAMP**, n. 14, p. 91-98, 2019.
- ALMEIDA, A. Arte ou Bugiganga? A estética africana da Coleção Perseverança. **Arte e Filosofia**, v. 15, n. 29, p. 223-245, 2020.
- ALMEIDA, C. C. R. Ode à coleção Polícia da Corte. **Temporalidades – Revista de História**, v. 10, n. 3, p. 45-60, 2018.
- AMARAL, R. A coleção etnográfica de cultura religiosa afro-brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 10, p. 255-270, 2000.
- ANDRADE, F. A. G. **Legba: a guerra contra o Xangô em 1912**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
- BITENCOURT, R. Desafios da diversidade: a diáspora negra e os museus. //: COSTA, A. L. A.; LEMOS, E. B. R. (orgs.). **Anais dos 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: IBRAM, 2018. p. 290-297.
- BRASIL. Código Penal (1890). **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm) Acesso em: 09 jan. 2022.
- CERQUEIRA, V. L. C. **De Mário de Andrade ao pavilhão das culturas brasileiras: mudanças nas práticas institucionais de guarda da cultura popular**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. //: CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica**. Antropologia e Literatura no Século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. p. 17-62.
- CONDURU, R. Esse “troço” é arte? Religiões afro-brasileiras, cultura material e crítica. **Modos – Revista de História da Arte**. Campinas, v. 3, n. 3, p. 98-114, 2019.
- CORRÊA, A. F. Um museu mefistofélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico do Brasil. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, v. 11, n. 1, p. 33-51, 2014.
- CUNHA, M. N. B. Notícias de uma investigação: Coleção Estácio de Lima – tratamento, estudo e divulgação de uma coleção testemunha da intolerância. **Anais do Seminário Brasileiro de Museologia**. 1. UFMG: Belo Horizonte, p. 858-867, 2014.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM, 2013.
- DIAS, G. T. **Os intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912: uma história de silêncios (1930-1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- DUARTE, A. Sobrevivências do culto da serpente (Dãnh-gbi) nas Alagoas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, Imprensa Oficial, v. 26, 1952a.

DUARTE, A. Sobre o Panteão Afro-brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, Imprensa Oficial, v. 26, 1952b.

DUARTE, A. **Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais/SENEC, 1974.

FONTES, L. Um Orixá Desaparecido: etnografia num museu silencioso. **Afro-Ásia**, n. 64, p. 363-399, 2021.

GALAS, D. M. S. **O Som do Silêncio**: ecos e rastros documentais de vinte e seis esculturas afro da Coleção Estácio de Lima. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **Biografia Analítica da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: IHGAL, 2009.

KODAMA, K. **Os Índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. São Paulo: EDUSP, 2009.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008. p. 89-121.

LATOURE, B. O que é Iconoclasm? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? **Horizontes Antropológicos**, v. 14, n. 29, p. 111-150, 2008.

LINS, G. G. **A Coleção Xangô**: a cultura material afro-religiosa no Museu do Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

LODY, R. **Coleção Perseverança**: um documento do Xangô alagoano. Maceió: UFAL, Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

MACIEL, O. B. A. **A Perseverança dos Caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MAGGIE, Y. O medo do feitiço. **Religião e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 72-86, 1986.

MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 6, n. 24, p. 381-400, 1845.

MELLO, A. J. A. A redenção dos Palmares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1926.

OLIVEIRA, J. P.; SANTOS, R. C. M. (orgs.). **De acervos coloniais aos museus indígenas**: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

OLIVEIRA, P. V. **A Perseverança e o Silêncio**: disjunção nas narrativas sobre religiões afro-brasileiras em Maceió. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

- RAFAEL, U. N. O não dito na obra de Arthur Ramos. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 2, p. 491-507, 2009.
- RAFAEL, U. N. Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas, Brasil. **Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 14, n. 2, p. 289-310, 2010.
- RIBEIRO, R. Significação dos Estudos Afro-brasileiros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1952.
- RODRIGUES, N. As Bellas-Artes nos Colonos Pretos do Brazil - A esculptura. **Revista Kósmos**, v. 1, n. 8, p. 11-16, 1904.
- SANSI-ROCA, R. De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museográfico do Candomblé em Salvador da Bahia no século XX. //: ABREU, R.; CHAGAS, M. S. (orgs.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 95-112.
- SCHWARCZ, L. **Retrato em Preto no Branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SCHWARCZ, L. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. //: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 20-71.
- SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, J. S. **O que restou é folclore**. Maceió: Imprensa Oficial, 2018.
- SKIDMORE, T. As realidades raciais e o pensamento racial depois da abolição. //: SKIDMORE, T. **Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 55-94.
- SOARES, M. C. A descolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a Coleção Africana do Museu Nacional. //: OLIVEIRA, J. P.; SANTOS, R. C. M. (orgs.). **De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. p. 365-395.
- STOCKING, G. Essays on museums and material culture. In: STOCKING, G. (Org). **Objects an Others: essays on museums and material culture**. Madison: University of Wisconsin Press, 1985. p. 03-14.
- VERSIANI, M. H. É Nosso Sagrado e é História: as lições de um acervo museológico. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História**, ANPUH: Rio de Janeiro, p. 1-11, 2021.

Recebido em 27 de janeiro de 2022.  
Aprovado em 29 de setembro de 2022.